

Não há crime perfeito

CPI - Documento

Jota Alcides

Editor-Chefe

Empresário de sucesso, tirocinista e habilidoso, Paulo César Farias (PC) foi o mais poderoso homem de campanha eleitoral e do primeiro ano do governo Collor. Discretíssimo, soube administrar seu enorme poder de influência nos negócios da República sem se expor ostensivamente, sendo raras suas aparições públicas. Denunciado e investigado por CPI do Congresso, revelou-se extraordinário mentor intelectual e operador de surpreendente e eficiente esquema de corrupção dentro do Governo. Apoiado por fiéis escudeiros e ágeis fantasmas, movimentou mais de um bilhão 500 milhões de dólares conforme estimativas de levantamentos ainda não totalmente concluídos. O rombo causado aos cofres públicos, através de superfaturamentos, comissões, sonegações e outras falcaturas, acabou provocando retumbante indignação nacional e histórico impedimento do presidente Collor. Principal acusado no escândalo de corrupção que deixou a Nação estarelecida e tendo sua prisão preventiva decretada, Paulo César Farias aventurou-se em fuga cinematográfica desde a pobre e pequena Ibimirim, em Pernambuco, passando por Buenos Aires e Londres, até Bangkok, na Tailândia. Depois de 152 dias como fugitivo, em permanente desassossego, mas confortado por milhões de dólares, terminou descoberto, reconhecido e preso onde nunca poderia imaginar, do outro lado do mundo. Agora, está de volta ao Brasil onde deve, apenas como sonegador fiscal, mais de CR\$ 16 bilhões. Provavelmente, será recebido em carcerata — carreata em direção ao cárcere, como querem os movimentos em defesa da ética e da moralidade. Não há crime perfeito.

Parlamentar por várias legislaturas, sempre com eleição garantida em territórios conquistados da Bahia, o deputado João Alves foi o mais poderoso relator da assediadíssima Comissão Mista de Orçamento do Congresso. Fez da distribuição de verbas públicas um instrumento imbatível para consoli-

dação de seu poder político e prestígio pessoal e para acumulação de expressivo patrimônio. Denunciado e investigado por CPI do Congresso, revelou-se especializado em desvios de recursos orçamentários para instituições fantasmas, privilegiando diretamente os chamados sete anões e beneficiando numerosos outros parlamentares. Avaliações preliminares indicam rombo causado no Orçamento da União próximo a meio bilhão de dólares ou até mais. Apenas as subvenções sociais desviadas devem alcançar entre 150 e 200 milhões de dólares. Dono de imensa fortuna, João Alves explica-se protegido de Deus e homem de sorte, ganhador de loterias da Caixa Econômica Federal mais de 200 vezes. Mas, a CPI descobriu que o deputado lavou mais de 30 milhões de dólares comprando prêmios lotéricos. Como ele, pelo menos 15 parlamentares estão listados para cassação de seus mandatos. Não há crime perfeito.

Especialista em assessoramento legislativo e aplaudido como competente assessor do Senado, o economista José Carlos Alves dos Santos foi o mais poderoso diretor do Departamento de Orçamento da União. Por sua capacidade técnica e articulação política, transformou-se em indispensável consultor da Comissão de Orçamento. Nessa condição, tornou-se homem milionário. Mas, pressionado para esclarecer as circunstâncias do desaparecimento de sua mulher, Ana Elizabeth, acabou denunciando amplo esquema de corrupção no Orçamento e confessando sua própria participação, como beneficiário de milhões de dólares. Denunciante de corrupção, virou foco de acusação por estelionato, prostituição, tráfico de drogas e falsificação de dólares. Profundas, demoradas e pacientes investigações policiais destruíram sua versão de sequestro para o sumiço da esposa. Por trás da densa cortina de denúncias sobre corrupção no Orçamento, foi encontrado o corpo de Elizabeth, cruel e barbaramente assassinada. Um corpo coberto de pedras em cova rasa e abandonado no cerrado durante mais de um ano em suprema solidão. Não há crime perfeito.